



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO
GESTOR DA FLOTA DO PARU E
DO PROCESSO DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DA CALHA NORTE,
REALIZADA NOS DIAS 03 E 04 DE
AGOSTO DE 2011.**

No terceiro dia do mês de agosto de dois mil e onze, às nove horas no Centro de Emaús em Santarém, realizou-se a 2ª reunião Ordinária do Conselho Gestor da Flota do Paru, com a presença dos seguintes participantes: Joanisio Cardoso Mesquita (Gerente das Flotas da Calha Norte), Jeana Farias da Silva(SEMA), Marcélia da Silva Corrêa(SEMA), Cintia Soares(IDEFLOR), Tiago Santos(IMAZON), Manuela Patricia (Prefeitura Municipal de Óbidos), Frei Manoel (Missão Franciscana Almeirim), Waldemar Hutin(SINPRUMA), Cid Baia dos Santos(SEMMA – Monte Alegre), Mateus Borges da Silva (ORSA FLORESTAL), Ciney Cardoso(AMOEXPA), Idacir Perachi, João Carlos Malinski (AIMEX- FIEPA), Rosa Maria dos Santos Galvão(AMOEXPA), Izaias Batista dos Santos (STTR /Alenquer) , Aila Regis(FUNDAÇÃO ORSA), Edilson de Souza Ferreira(SEMA/AP/RDS Iratapuru), Daniele Paixão(Prefeitura de Prainha), Dassael Mendes (Prefeitura Municipal de Almeirim), José Celino Ribeiro(ICMBIO- ESEC JARI), Charles Pires de Araújo(Assentamento Serra Azul- Monte Alegre), Francisco de Assis Sampaio(COMAPEJ), Benjamin Lazzaretti(Horto Florestal), Perez Corrêa (Orsa Florestal), Marcos Fróes (Imaflora), Dirceu Santos (PDS/Serra Azul), Orivaldo Souza(SEMA/ Monte Alegre), Daniara Carvalho (SEMMA/Monte Alegre), Sirio Ferraz(Associação dos Produtores Rurais de Serra Azul), Nubiane Gomes(AMOEXPA), Maria Jorge dos Santos(AMOEXPA), Moacir Henrique Lima(INCRA), Larissa Moura e Marcos Antonio Freitas (Prefeitura Municipal de Alenquer), Lucilena Fagundes(COPERSERRAZUL), Maria da Graça (AMOEXPA). O Sr Joanisio Mesquita deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos. Deu prosseguimento relembando a última reunião do Conselho, destacou a importância da comunicação para a gestão das Flotas. Evidenciou a responsabilidade do Conselheiro e todos se apresentarem; Sr. Joanisio Mesquita enfatiza



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

a necessidade e importância dos corredores ecológicos, econômicos e culturais, existem indígenas e comunidades que dependem da manutenção desses recursos, de políticas públicas, sendo um desafio para o Estado e para o conselho. Na Flota de Faro tem expectativa de ser realizado o inventário florestal para identificar o potencial madeireiro e viabilizar o processo de concessão florestal; Os Planos de Manejo estão prontos e o Conselho Gestor é formado junto com o Plano de Manejo, tornando-se um espaço público para discussões; Joanisio relembra a denúncia de Dona Rosa na última reunião que foi obrigada a vender seu castanhal, sob ameaça de morte que caracteriza a prática de aviamento. Vai ser feito um inventário 100% dos castanhais e identificação das famílias que fazem uso dos castanhais; O Sr. Cinei explica que hoje se tira no máximo 100 barricas de castanha sozinho, e que para coletar mais precisa contratar pessoas para trabalhar. O Sr. Cid Baia entendeu na última reunião em Monte Dourado que existem grandes áreas apropriadas e arrendadas por terceiros; Ciney compara os casos do Rio Jari e do Paru; Dona Rosa coloca o fato do assassinato e se preocupa, pois a muitos anos não acontecia fato dessa natureza; A reunião continua com apresentação do levantamento socioeconômico parcial da Flota Paru pelo Pesquisador Tiago Sozinho-IMAZON, e declara que até dezembro ficará pronto um Relatório Socioeconômico da Calha Norte; O Sr Cid Baia cita a comunidade do Canaã e expõe que está fazendo Cadastro Ambiental Rural e que está havendo sobreposição na Flota. Algumas denúncias foram feitas pelas comunidades como extração de madeira e abertura de fazendas. Dando continuidade a reunião a Sr^aCintia Soares (IDEFLOR) apresentou o pré- edital de concessão florestal, fez uma retrospectiva do assunto tratado na primeira reunião do Paru realizada em Monte Dourado, expondo os aspectos essenciais para acontecer o processo de concessão florestal, explicou também para o Sr. Cid Baia que o grande empresário pode concorrer em todas as categorias e o Sr. Cid Baia disse então que não adiantava ter áreas pequenas, ” *o grande ganha todas*”; O Sr. Ciro parabeniza a mudança de tamanho dos lotes, mas não aceita o grande concorrer com os pequenos; Sr. Cid Baia questiona o percentual de pagamento do caução. Dassael quer saber sobre o repasse do dinheiro (benefício social para a comunidade) como vai ser feito e a Sr^a Cintia Soares diz que o dinheiro vai ficar no IDEFLOR e para ser acessado terá todo um processo; Sr^a Aila Regis diz que a comunidade pode fazer acordos e quebrá-los dependendo da necessidade. Dassael ressalta a importância de a comunidade estar



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

organizada, mas a Sr^a Cintia Soares acrescenta que não necessariamente, pois terá todo um trâmite de Prefeitura, Estado... O Sr. Malinski pergunta quem vai escolher a comunidade a ser beneficiada e a Sr^a Cintia Soares responde que irá depender de reuniões, ajustes. Sr. Joanisio Mesquita justifica que todos os questionamentos são bem vindos e devem ser discutidos na base, para que venham à tona nas audiências públicas. O Sr. Cinei Cardoso quer saber como a comunidade poderá acompanhar, controlar esses valores e a Sr^a Cintia Soares responde que será exposto em reuniões, audiências; O Sr. Francisco Sampaio pergunta quem define o pagamento (bonificador), a Sr^a Cintia Soares responde que depende da proposta do concessionário; O Sr. Francisco Sampaio questiona o percentual do Fundeflor, e a Sr^a Cintia Soares acrescenta que será definido em prioridades de projetos para a comunidade. O Sr. Francisco Sampaio quis saber como será protegida as espécies locais que a comunidade utiliza, a Sr^a Cintia Soares diz que todas as espécies serão controladas pelo IDEFLOR que emitirá autorização para espécies que a comunidade não utilizar, O Sr. Francisco Sampaio expõe sua preocupação com a fauna que necessita dos frutos para se alimentarem, a Sr^a Cintia Soares explica que o PMFS determinará todo esse processo, O Sr. Francisco Sampaio continua sua colocação dizendo que não acredita no controle para que as normas sejam cumpridas, a Sr^a Cintia Soares acrescenta que será feito um monitoramento (SEMA, IDEFLOR, AUDITORIA); O Sr. Cid Baia tem interesse no repasse dos recursos destinados a Prefeitura ou Fundo do Meio Ambiente, a Sr^a Cintia Soares explica que ainda não tem essa informação, mas ressalta que o recurso é direcionado para projetos ambientais; O Sr. Cid Baia quer saber sobre os estoques que ficarão no município, o mínimo de beneficiamento no município, a Sr^a Cintia Soares respondeu que a lei determina 30% e continuou falando sobre a geração de emprego e renda e a empresa prestará contas no final do ano, explicou que o inventário que foi feito é amostral, o concessionário terá que fazer o inventário a 100%. Dassael comentou sobre a ineficiência de fiscalização e monitoramento e sugeriu a parceria com as Prefeituras para atuar conjuntamente; a Sr^a Cintia Soares disse que o IDEFLOR está articulando essa integração com as prefeituras para melhorar o monitoramento. Dassael comentou sua dúvida quanto ao repasse da verba caso não haja associação na comunidade. O Sr. Sirio Ferraz perguntou sobre a concorrência e os lotes e a Sr^a Cintia Soares respondeu que seria inviável tecnicamente e economicamente a redução dos lotes, e que existe toda



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

uma legislação sobre o Processo Licitatório, um dos fundamentos da modalidade de concorrência é não privilegiar classes. O Sr. Waldemar Hutin ressalta que acompanhou todas as reuniões e sempre achou as coisas indefinidas e tudo isso atrapalhou nosso processo produtivo; as coisas não podem vir de cima para baixo, para que tem o conselho, o pequeno não vai ganhar com essas questões que foram colocadas, os 30% de beneficiamento tem que aumentar, Monte Alegre tem acesso, temos que defender nossos interesses, tudo é bonito, mas não agrada os interesses de todos. A Sr^a Cintia Soares esclarece que a SEFA participa do processo financeiro que ainda está sendo acertado. Sr. Waldemar Hutin considera que os recursos vão ser usados para recuperar áreas degradadas, mas nada está definido, somente discutimos, acertamos e depois muda, causando um impasse, hoje as coisas estão confusas. A legislação deveria ser lida antes de qualquer afirmação, para não criar expectativa; toda categoria tem diferenciação dos setores, por que aqui não tem? O Sr. Malinsk colocou que a concessão contempla a todos com lotes de vários tamanhos e que se diminuir mais o tamanho dos lotes ficaria inviável economicamente. A Sr^a Cintia Soares enfatizou que os grandes empresários não deverão concorrer nas áreas menores. Dona Graça relembra a sensibilização sobre Manejo Florestal nas comunidades e a Sr^a Cintia Soares acrescentou que foi uma capacitação para esclarecer o que é o Manejo Florestal. O Sr. Charles Pires falou que o pequeno não tem como levantar esse capital para cobrir o caução, que a Lei de Licitação barra as pequenas empresas, pois a pequena empresa não tem capital de giro. O Sr. Marcos Fróes (IMAFLOA) evidenciou a legislação que trata sobre o Manejo Florestal em Regime Sustentável e que a preocupação de contemplar os pequenos é super legítimo, mas precisamos de soluções. O Sr. Cid Baia ressaltou a necessidade de uma avaliação, passar essas informações, nós fomos muito pressionados por falta de conhecimento, é importante termos uma definição, fazer palestras para tirarmos nossas dúvidas. O Sr. Ciney Cardoso questiona se havendo conflito na UC não inviabilizaria a Concessão Florestal, e declara que uma casa está sendo construída na área de concessão, mas a Sr^a Cintia Soares respondeu que não há conflito na UMF. O Sr. Joanisio Mesquita disse que os ocupantes posteriores aos que estavam lá serão notificados a se retirarem. O Sr. Ciney pede novamente uma área para moradia e instalação de roças, mas Sr. Joanisio Mesquita respondeu que o zoneamento da Flota não permite, mas que podem continuar utilizando os castanhais, o camu- camu, e o



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

cacau. O Sr. Cinei Cardoso pediu que seja feito um documento onde contenha o que pode e o que não pode ser feito dentro da Flota; Dona Rosa completa: “ Não queremos continuar nessa situação, queremos melhorar nossa vida, escola, posto médico.” Sr. Joansio Mesquita esclareceu que a gestão já prevê o refinamento do uso que é feito e será discutido juntos as Regra de Uso. A Sr^a Marcélia Corrêa questiona se o caução é flexível, se pode baixar o valor para os pequenos empresários. A Sr^a Cintia Soares pede que prove e que verificará a possibilidade de diminuir. O Sr. Waldemar Hutin expôs sua preocupação com as comunidades que não tem expectativa de renda e acaba entrando na floresta, por isso a concessão deve ser logo para impedir a entrada e o desmatamento na Flota, pois a fiscalização é ineficiente. *O Sr. Cinei afirma que na Flota Paru só não entraram porque eles estão lá.* A Sr^a Cintia Soares previu o lançamento do pré- edital para o final de setembro, agradeceu e considerou as colocações do conselho. No dia quatro de agosto a Sr^a Jeana Farias deu continuidade no processo de Formação Continuada no Conselho Gestor, com a construção e edição de um Boletim Informativo já com os informes do dia anterior. Houve uma dinâmica de propostas e apresentações onde o Sr. Malinsk sugeriu que os encaminhamentos sejam divulgados com mais rapidez, que ATA fique pronta para levar e prestar conta com os outros associados, melhorar o tempo utilizado, que a apresentação dos conselheiros seja feita logo no início da reunião e verificar quem quer ficar no conselho; O Sr. Charles questionou a fiscalização e pediu providências e a legislação deve ser mais abordada inclusive para se ter um retorno mais rápido. O Sr. Cinei Cardoso colocou que não tem estrutura para transportar (estradas), barracão para armazenar a castanha, pediu para o ICMbio verificar a proibição legal da passagem no documento de criação da Reserva; O Sr. Celino Ribeiro representante do ICMbio disse que vai levar as reivindicações ao Sr. Pablo Chefe da Unidade. O Sr. Francisco Sampaio desabafou que a Orsa faz terrorismo com a comunidade, derruba casas, mas fala de uma política social com desenvolvimento, mas na realidade isso não acontece. A Sr^a Aila Regis - Orsa Florestal disse que trabalha com educação ambiental a aproximadamente 10 anos. O Sr. Peres Corrêa da Orsa expôs o foco da empresa que é o desenvolvimento sustentável, com áreas certificadas, reconhecidas internacionalmente, sugeriu e se prontificou a esclarecer o que é o Manejo Florestal em Regime Sustentável. O Sr. Sirio Ferraz pediu que o caução seja revisto e diminua o percentual; A Sr^a Cintia Soares apresentou o Ideflor;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

Dona Graça se sentiu satisfeita com o desenvolvimento das atividades e acrescenta a urgência da ajuda pelo Estado. O Sr. Marcos Fróes do IMAFLORA apresentou um vídeo sobre consolidação das UC e logo depois perguntou se todos sabiam o que é ser um conselheiro, todos responderam que sim, que devem ficar unidos, se responsabilizar para melhorar a qualidade de vida da comunidade. O Sr. Marcos Fróes continuou explicando que é a sociedade fazendo parte dessas políticas públicas, com grupos heterogêneos, com representatividade de diversos setores. *Dona Graça disse que o Estado visa muito à área de finanças, os extrativistas ficam de lado e o grande empreendedor é acelerado, priorizado; existe um monopólio, o governo tem que fiscalizar e incentivar o pequeno.* O Sr. Waldemar Hutin disse que o conselho é do lado do governo para contribuir principalmente no que concordar, se discordar não significa estar contra; O Sr. Marcos Fróes esclareceu que o Estado tem mecanismos de controle de forma superficial e que a comunidade é quem fiscaliza, controla de perto as ações. O Sr. Edilson Ferreira sugeriu que fosse escolhido um conselheiro para representar e melhorar a comunicação. O Sr. Marcos Fróes citou alguns documentos que podem ser utilizados para melhorar a comunicação entre Estado e Comunidade como forma de reivindicação como as atas, ofícios, relatórios, monção, imprensa e internet dentre outros. O Sr. Joanisio Mesquita toma a palavra e avisa que será convidado para as próximas reuniões apenas os titulares, e a data sugerida para a próxima reunião é 26 e 27 de outubro. A reunião continua com a programação final do evento com uma Agenda Livre e o Sr. Waldemar Hutin lembrou a questão do caução para os pequenos empresários, que os incentivos são poucos; O Sr. Cid Baia falou do PEMA em Monte Alegre, da necessidade de um trabalho de educação ambiental, que é um dos instrumentos de fiscalização e proteção da floresta; A Sr^a Cintia Soares falou que além das concessões florestais, tem o Plano Estadual de Manejo Comunitário, para criação de contratos legais entre madeireiros e comunitários para direcionar e beneficiar a todos com o FUNDEFLO, e até o final do ano fechar uma Normatização. O Sr. Joanisio Mesquita respondeu ao Sr. Cid Baia que a base é para atender o PEMA, mas que está disponível para ser utilizada caso tenha necessidade e pediu que encaminhasse um currículo de um engenheiro florestal para trabalhar na Região da Calha Norte e finaliza a reunião.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

Santarém, PA, 04 de agosto de 2011.